

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE
EM ASSOCIAÇÃO DENOMINADA
"IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS"
CNPJ: 35.623.335/0001-40
Matrícula: 18500**



Aos 14 de setembro de 2022 às 10 horas, nesta cidade de Saquarema, reuniram-se na qualidade de fundadores os Srs. Thiago Gadelha Valle Oliveira, nascido em 07 de Dezembro de 1989, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, médico, inscrito no CPF nº 130.187.897-92, portador do RG nº 125407486, expedido por CRM/RJ, residente e domiciliado à Avenida Dorival Marcondes Godoy, nº 189, Apto: 901, Torre 01, Fazenda Castelo, Resende/RJ - CEP: 27.535-320; Bernardo Loyola Villas Boas, nascido em 18 de Outubro de 1983, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, médico, inscrito no CPF nº 103.673.107-32, portador do RG nº 122974041, expedido por DETRAN/RJ, residente e domiciliado à Rua Piloto Paulo Reis, nº 108, Apto: 602, na cidade de Resende/RJ - CEP: 27.514-230 e; Bernardo Andrade Pimenta Alves, nascido em 09 de Dezembro de 1983, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF nº 095.568.517-63, portador do RG nº 125012930, expedido por DETRAN/RJ, residente à Avenida Nova Resende, nº 160, Resende/RJ, CEP: 27.542-130; Pamela Lacerda Trevisan Gadelha, nascida em 28 de Junho de 1990, brasileira, casada sob o regime comunhão parcial de bens, pediatra, inscrita no CPF nº 124.556.027-10, portadora do RG nº 224299107, expedido por DETRAN/RJ, residente à Rua Marcondes Godoy, nº 0, Apto. 901, na cidade de Resende/RJ, CEP: 27.353-320, relacionados em lista anexa, que assinam a lista de presenças, tendo por finalidade, única e exclusiva, aprovar a transformação da Natureza Jurídica da Sociedade Simples Limitada "IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS LTDA" em Associação de Direito Privado, sem fins econômicos, sem cunho político ou partidário.

Para presidir os trabalhos, foi escolhido o Sr. Thiago Gadelha Valle Oliveira, que escolheu a Sra. Pamela Lacerda Trevisan Gadelha para secretária-lo.

Com a palavra, o senhor Presidente enfatizou a necessidade de se transformar a Sociedade Empresária em uma Associação capaz de aglutinar forças e representar as aspirações dos presentes junto ao Poder Público e à iniciativa privada.

Parte integrante da Ata de Transformação de Sociedade em Associação denominada "IOL INSTITUTO DE OLHOS
DOS LAGOS"





Em seguida, submeteu à votação, proposta da denominação da associação e do endereço para a instalação da sede da entidade, já previamente discutidos, que foi imediatamente aprovado por unanimidade, da seguinte forma: **IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS**, com nome fantasia "**iOlhos**", situada à Rua Heitor Bravo 06, Loja B, Bacaxa, Saquarema, RJ – CEP: 28.994-705.

Ainda com a palavra, o senhor Presidente distribuiu aos presentes, cópias do Estatuto Social a ser discutido, já de conhecimento geral, o qual, após ser integralmente lido e debatido, restou aprovado, por unanimidade, e segue anexo, como parte inseparável da presente ata, para todos os fins de direito, ficando, portanto, definitivamente constituída a Associação.

Em ato contínuo, o senhor Presidente deu início ao processo eletivo, visando compor os cargos da Diretoria Executiva, que terão mandato de 2 (dois) anos, apresentando à assembleia os candidatos anteriormente inscritos, submetendo-os à votação. Após a contagem dos votos, presenciado por todos, ficou a Diretoria Executiva composta da seguinte forma:

DIRETORIA EXECUTIVA

- I. **Presidente – Thiago Gadelha Valle Oliveira**, nascido em 07 de Dezembro de 1989, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, médico, inscrito no CPF nº 130.187.897-92, portador do RG nº 125407486, expedido por CRM/RJ, residente e domiciliado à Avenida Dorival Marcondes Godoy, nº 189, Apto: 901, Torre 01, Fazenda Castelo, Resende/RJ - CEP: 27.535-320;
- II. **Vice Presidente - Bernardo Loyola Villas Boas**, nascido em 18 de Outubro de 1963, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, médico, inscrito no CPF nº 103.673.107-32, portador do RG nº 122974041, expedido por DETRAN/RJ, residente e domiciliado à Rua Piloto Paulo Reis, nº 108, Apto: 602, na cidade de Resende/RJ - CEP: 27.514-230;
- III. **Tesoureiro - Bernardo Andrade Pimenta Alves**, nascido em 09 de Dezembro de 1983, brasileiro, casado sob o regime comunhão parcial de bens, empresário, inscrito no CPF nº 095.568.517-63, portador do RG nº 125012930, expedido por DETRAN/RJ, residente à Avenida Nova Resende, nº 160, Resende/RJ. CEP: 27.542-130;



[Handwritten signature]



IV. **Secretário - Pamela Lacerda Trevisan Gadelha**, nascida em 28 de Junho de 1990, brasileira, casada sob o regime comunhão parcial de bens, pediatra, inscrita no CPF nº 124.556.027-10, portadora do RG nº 224299107, expedido por DETRAN/RJ, residente à Rua Marcondes Godoy, nº 0, Apto. 901, na cidade de Resende/RJ, CEP: 27.353-320.

CARTÓRIO OFICIAL DO 3º OFÍCIO DE SAQUAREMA
Cristiano dos Santos Marinho
ESCREVENTE
Cadastro: 94/18779

E, por fim, o senhor Presidente dá posse aos eleitos, para a gestão no período de 14/09/2022 a 14/09/2024, passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral, determinando a mim, que servi como secretário, que lavrasse a presente Ata e a levasse a registro junto aos órgãos públicos competentes para surtir os efeitos jurídicos necessários. Lavrei a presente Ata, que será assinada por todos os presentes, que serão considerados fundadores.

Saquarema, 14 de Setembro de 2022.

3º OFÍCIO

Thiago Gadelha Valle Oliveira
Presidente

3º OFÍCIO

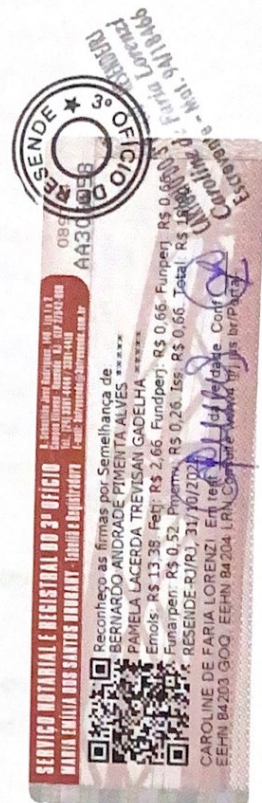
Bernardo Loyola Villas Boas
Vice Presidente

3º OFÍCIO

Bernardo Andrade Pimenta Alves
Tesoureiro

OFÍCIO

Pamela Lacerda Trevisan Gadelha
Pamela Lacerda Trevisan Gadelha
Secretário





OFÍCIO ÚNICO DE SAQUAREMA Rua Dr. Luiz Januário, 363 - Centro
CEP 28890-000 - Saquarema - RJ 080476AA310636
TABELA: Cargos e Funções Públicas

REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Certifico que o presente documento foi protocolado sob o Nº 19779,
livro 14 A, em 03/10/2022 e registrado sob o Nº 18561
do livro A292 em 14/11/2022.

Selo Eletrônico de Fiscalização

EDSZ 42126 RRC

Consulte a validade do Selo em:

<https://www3.trf1.jus.br/sitepublico>

Emol: 214,67+FETJ 42,91+FUNPERJ 10,71+

FUMPERJ 10,71+FUNARPEN 8,55+PMCMV 3,98

Total: R\$302,49



CARTÓRIO OFÍCIO ÚNICO DE SAQUAREMA
Cristiano José Santos Marinho
ESCREVENTE
Cadastra: 94/18779

IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS

Rua Heitor Bravo, nº 06, Loja B, Bacaxa, Saquarema/RJ – CEP: 28.994-705.

ASSEMBLEIA GERAL DE 14 DE SETEMBRO DE 2022

LISTA DE PRESENÇA

MEMBROS ASSOCIADOS

1 - Thiago Gadelha Valle Oliveira

2- Bernardo Loyola Villas Boas

3 - Bernardo Andrade Pimenta Alves

4 - Pamela Lacerda Trevisan Gadelha

FCIO

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

Thiago Gadelha Valle Oliveira

3º OFÍCIO

Pâmela Lacerda Trevisan gadelha

SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA

Pamela Lacerda Trevisan Gadelha

Serviço Notarial e Registral do 3º Ofício
MARIA EMÍLIA DOS SANTOS BRUNARY - Tabelião e Registradora

Reconheço as firmas por Semelhança de:
PAMELA LACERDA TREVISAN GADELHA *****
THIAGO GADELHA VALLE OLIVEIRA *****
Emols: R\$ 13,38, Feti: R\$ 2,66, Fundper: R\$ 0,66, Funper: R\$ 0,66
Funarpen: R\$ 0,52, Proinv: R\$ 0,26, Iss: R\$ 0,66, Total: R\$ 18,80
RESENDE-RJ/RJ, 22/09/2022

CAROLINE DE FARIA LORENZI - Empl. de Verdade Cont.
EEGF 87676 OGR EGF 87677 BRG Consulte www.ijus.br/Portal

089
AA30588370

3º OFÍCIO DE RESENDE

Caroline de Faria Lorenzi
Escritor - Matr. 94118465

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os membros da diretoria declaram, sob penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da associação, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos das mesmas, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, a de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedades.

Saquarema, 14 de setembro de 2022.

3º OFÍCIO

Thiago Gadelha Valle Oliveira
Presidente

3º OFÍCIO

Bernardo Loyola Villas Boas
Vice Presidente

3º OFÍCIO

Bernardo Andrade Pimenta Alves
Tesoureiro

3º OFÍCIO

Pamela Trevisan Gadelha
Secretária

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 3º OFÍCIO
MARIA EMÍLIA DOS SANTOS GRUBARY - Tabelião e Registradora

R. Sebastião José Rodrigues, 140 - 1º e 2º
Andares - Centro - Saquarema - RJ - CEP 27040-000
TEL: (24) 3381-4444 / 3381-4472
E-mail: notariocentro@notriocentro.com.br

08914

AA30655



Reconheço as firmas por Semelhança de:
BERNARDO ANDRADE PIMENTA ALVES *****
PAMELA LACERDA TREVISAN GADELHA *****
Emols: R\$ 13,38; Feti: R\$ 2,66; Fundperj: R\$ 0,66; Funperj: R\$ 0,66
Funarpen: R\$ 0,52; Ppccmv: R\$ 0,26; Is: R\$ 0,66; Total: R\$ 18,80
RESENDE-RJ/RJ, 31/10/2022

CAROLINE DE FARIA LORENZI Em tes. da verdade Conf.
EEHN 84199 MTE, EEHN 84200 CFE. Consulte www4.trj.jus.br/Portal

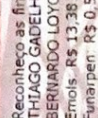


CAROLINE DE FARIA LORENZI
Escrivente - Mat. 9418466



SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 3º OFÍCIO
MARIA EMÍLIA DOS SANTOS GRUBARY - Tabelião e Registradora

R. Sebastião José Rodrigues, 140 - 1º e 2º
Andares - Centro - Saquarema - RJ - CEP 27040-000
TEL: (24) 3381-4444 / 3381-4472
E-mail: notariocentro@notriocentro.com.br



Reconheço as firmas por Semelhança de:
THIAGO GADELHA VALLE OLIVEIRA *****
BERNARDO LOYOLA VILLAS BOAS *****
Emols: R\$ 13,38; Feti: R\$ 2,66; Fundperj: R\$ 0,66; Funperj: R\$ 0,66
Funarpen: R\$ 0,52; Ppccmv: R\$ 0,26; Is: R\$ 0,66; Total: R\$ 18,80
RESENDE-RJ/RJ, 31/10/2022


CAROLINE DE FARIA LORENZI Em tes. da verdade Conf.
EEHN 84199 MTE, EEHN 84198 ALJ. Consulte www4.trj.jus.br/Portal

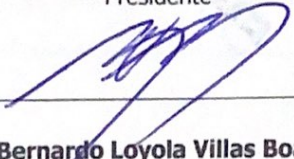
CAROLINE DE FARIA LORENZI
Escrivente - Mat. 9418466

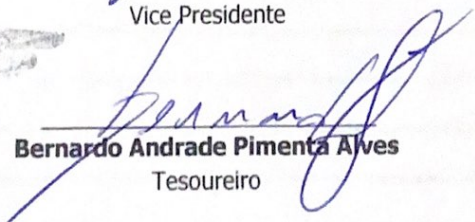
DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os membros da diretoria declaram, sob penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração da associação, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos das mesmas, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, a de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública, ou a propriedades.

Saquarema, 14 de setembro de 2022.


Thiago Gadelha Valle Oliveira
Presidente


Bernardo Loyola Villas Boas
Vice Presidente



Bernardo Andrade Pimenta Alves
Tesoureiro


Pamela Trevisan Gadelha
Secretária

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 3º OFÍCIO
MARIA EMÍLIA DOS SANTOS DORNAY - Tabelião e Registradora
R. Roberto José Rodrigues, 140 - 11111-100
Saquarema - RJ - CEP 21142-000
Tel: (24) 3333-4444 / 3333-4444
E-mail: dornay@detrsaquarema.com.br

Reconheço as firmas por Semelhança de:
THIAGO GADELHA VALLE OLIVEIRA *****
BERNARDO LÓYOLA VILLAS BOAS *****
Emols: R\$ 13,38. Fetj: R\$ 2,66. Fundperj: R\$ 0,66. Funperj: R\$ 0,66
R\$ 0,52. Pmcmv: R\$ 0,26. Iss: R\$ 0,66. Total: R\$ 18,80
RESENDE-RJ/RJ - 31/10/2022


CAROLINE DE FARIA LORENZI - Escrivão
EENH 84185 CAZ - EENH 84186 QAO - Consulte www4.trj.jus.br/Portal


08/09/2022
AA30

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 3º OFÍCIO
MARIA EMÍLIA DOS SANTOS DORNAY - Tabelião e Registradora
R. Roberto José Rodrigues, 140 - 11111-100
Saquarema - RJ - CEP 21142-000
Tel: (24) 3333-4444 / 3333-4444
E-mail: dornay@detrsaquarema.com.br

Reconheço as firmas por Semelhança de:
BERNARDO ANDRADE PIMENTA ALVES *****
PAMELA LACERDA TREVISAN GADELHA *****
Emols: R\$ 13,38. Fetj: R\$ 2,66. Fundperj: R\$ 0,66. Funperj: R\$ 0,66
R\$ 0,52. Pmcmv: R\$ 0,26. Iss: R\$ 0,66. Total: R\$ 18,80
RESENDE-RJ/RJ - 31/10/2022

CAROLINE DE FARIA LORENZI - Escrivão
EENH 84185 CAZ - EENH 84186 QAO - Consulte www4.trj.jus.br/Portal


08/09/2022
AA30

**ESTATUTO SOCIAL DA ASSOCIAÇÃO
"IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS"
CNPJ: 35.623.335/0001-40
Matrícula: 18500**



**CAPÍTULO I
DA NATUREZA, DENOMINAÇÃO E PRAZO DE DURAÇÃO**

Artigo 1º - Sob a denominação de **IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS** e nome Fantasia "**iOlhos**", entidade civil de direito privado estatui-se a presente Associação sem fins econômicos, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas-RCPJ em substituição e sucessão universal da Sociedade Civil denominada "**IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS LTDA.**" e que se regerá por este Estatuto e pelas normas legais pertinentes; doravante denominada "**Associação**".

Artigo 2º - É adotada como data de fundação desta associação, aquela em que foi fundada a sociedade sucedida, ou seja, em 26 de novembro de 2019, conforme seu Contrato Social de Constituição registrado em 26/11/2019 na JUCERJA e, posteriormente convertida em Sociedade Civil, registrada no RCPJ-Saquarema em 09/09/2022 sob a matrícula nº 18500.

Artigo 3º - Por força da sucessão estatuída neste artigo, a ASSOCIAÇÃO IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS sub-roga-se em todos os direitos e obrigações relativos à IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS LTDA, assumindo desde logo o domínio sobre todos os bens que pertenciam à antiga sociedade.

Artigo 4º - O registro do movimento de receita, despesas e patrimônio da sucessora, far-se-á nos livros próprios da sucedida, conforme permitem as leis civis e tributárias vigentes.

**CAPÍTULO II
DA SEDE E FORO**

Artigo 5º - A IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS terá sua sede e foro na cidade de Saquarema/RJ, sediada à Rua Heitor Bravo, nº 06 - Loja B, Bacaxá, CEP: 28.994-705, com o endereço eletrônico: coord@iolhos.med.br; podendo abrir filiais em outras cidades.

Artigo 6º - O prazo de duração da IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS é indeterminado.

Artigo 7º - A Associação terá um Regimento Interno que será elaborado e aprovado pela Diretoria, a qual disciplinará o seu funcionamento.

**CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS**

Artigo 8º - São finalidades fundamentais da ASSOCIAÇÃO:

- a) Atividade médica ambulatorial relacionados à oftalmologia, com recursos para realização de exames complementares, procedimentos e cirurgias;
- b) Executar projetos de oftalmologia destinados a promover a saúde ocular da população, incluindo campanhas de educação e de assistência oftalmológica;
- c) Organizar e promover simpósios, congressos, feiras, mutirões, projetos de melhoria da saúde ocular, atividades científicas e culturais e outros eventos;



- d) Colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos e privados em projetos direcionados à saúde, bem como promover a assinatura de convênios na qualidade de gestor de Instituições hospitalares e afins;
- e) Instituir bolsas de estudo, estágios e auxílios de assistência a estudiosos e pesquisadores que possam contribuir para a finalidade da Associação;
- f) Promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social.



Parágrafo Primeiro - Na consecução de tais objetivos, a Associação poderá efetivar trabalhos de atendimento, ensino, pesquisa, publicações, bem como participar na formação de pessoal técnico relacionados com seus fins.

Parágrafo Segundo - A dedicação às atividades acima previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio da doação de recursos físicos, humanos e financeiros, ou ainda pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuem em áreas afins.

Artigo 9º - A ASSOCIAÇÃO não se envolverá em questões religiosas, político-partidárias, ou em quaisquer outras que não se coadunem com seus objetivos institucionais.

CAPÍTULO IV DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Artigo 10º - A ASSOCIAÇÃO é constituída por 4 associados caracterizados como "associados fundadores", onde todos deverão se comprometer a respeitar e cumprir as disposições deste Estatuto e cumprir o Regimento Interno.

Artigo 11º - Em caso de falecimento, incapacidade, renúncia, ausência, ou insolvência de associados ou residentes, o Regimento Interno regulamentará sua eventual substituição.

Artigo 12º - A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso, nos termos previstos no Estatuto.

Artigo 13º - A penalidade de suspensão ou a de exclusão de qualquer associado ou colaborador será admissível havendo justa causa, configurada nas seguintes hipóteses:

- I - por morte;
- II - incapacidade civil não suprida;
- III - não pagamento das contribuições associativas que venham a serem fixadas;
- IV - violação deste Estatuto Social ou de quaisquer outros regulamentos instituídos por órgão competente;
- V - conduta pessoal prejudicial aos interesses da Associação.

Parágrafo Primeiro - Considera-se falta grave, passível de exclusão, provocar ou causar prejuízo moral ou material para a Associação.

Parágrafo Segundo - A suspensão ou exclusão do associado, será apreciada pela Diretoria, em reunião especialmente convocada para tal fim.

Artigo 14º - As penas de acordo com a gravidade das faltas, serão aplicadas pela Diretoria e poderão constituir-se em:

- I - advertência por escrito;



- II - suspensão de 3 (três) meses a 1 (um) ano;
- III - eliminação do quadro associativo da Associação.

Artigo 15º - São direitos dos associados:

- I - participar de todas as atividades associativas;
- II - propor a criação e tomar parte em comissões e grupos de trabalho, quando designados para estas funções;
- III - apresentar propostas, programas e projetos de ação para a ASSOCIAÇÃO;
- IV - ter acesso à todos os livros de natureza contábil e financeira, bem como a todos os planos, relatórios, prestações de contas e resultados de auditoria independente;
- V - votar e ser votado para os cargos eletivos, observadas as disposições estatutárias;
- VI - ter voz e voto nas Assembleias Gerais, observadas as disposições estatutárias.

Parágrafo Único - Os direitos sociais previstos neste Estatuto são pessoais e intransferíveis.

Artigo 16º - São deveres dos associados:

- I - observar e respeitar o presente Estatuto, regulamentos, regimentos e deliberações da Diretoria e Assembleia Geral;
- II - cooperar para o desenvolvimento e maior prestígio da ASSOCIAÇÃO e difundir seus objetivos e ações;
- III - prestar à Associação toda cooperação moral, material e intelectual, esforçando-se pelo engrandecimento da mesma e de seus residentes;
- IV - comparecer às Assembleias Gerais, quando convocado, e ainda participar dos grupos designados a promover as atividades patrocinadas pela Associação;
- V - comunicar, por escrito, à Diretoria, suas mudanças de residência;
- VI - integrar as comissões para as quais for designado, cumprir os mandatos recebidos e os encargos atribuídos pela Diretoria ou Assembleia Geral.

CAPÍTULO V DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 17º- A ASSOCIAÇÃO será dirigida pela Diretoria eleita em Assembleia Geral, para um período de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição por 3 (três) mandatos.

A administração caberá ao Presidente o qual representará a Associação em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, bem como perante terceiros em geral, podendo nomear procuradores em nome da Associação, com poderes específicos e mandato em prazo determinado, o qual nunca ultrapassará a data de extinção do mandato do Presidente que outorgou a procuração.

Artigo 18º- A ASSOCIAÇÃO será dirigida pela Diretoria eleita em Assembleia Geral, tendo a seguinte composição:

- I - Presidente;
- II - Vice-Presidente;
- III - Tesoureiro;
- IX - Secretário.

Artigo 19º- É vedado a qualquer membro da Diretoria ou a qualquer associado praticar atos de liberalidade às custas da ASSOCIAÇÃO.





Artigo 20º- Perderá o mandato o membro da Diretoria, que incorrer em:

- I - malversação ou dilapidação do patrimônio da Associação;
- II - violação do Estatuto;
- III - abandono do cargo assim considerado pela ausência não justificada em 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas.

Parágrafo Primeiro - A perda do mandato será definida em Assembleia Geral assegurando-se ao acusado amplo direito de defesa.

Parágrafo Segundo - A convocação da Assembleia Geral será feita pelos membros não acusados da Diretoria da Associação.

Artigo 21º- Os membros da Diretoria serão empossados mediante assinatura do termo lavrado no livro de Atas da Associação.

Artigo 22º- São órgãos de deliberação, fiscalização e direção da Associação:

- I - Diretoria;
- II - Assembleia Geral;
- III - Conselho Deliberativo;
- IV - Conselho Fiscal.

Artigo 23º- O Presidente da ASSOCIAÇÃO visando imprimir maior operacionalidade às ações da Associação deverá assumir as seguintes atribuições:

- I - coordenar e dirigir as atividades gerais e específicas da Associação;
- II - celebrar convênios e realizar a filiação da Associação à instituições ou organizações, por delegação do Presidente;
- III - dirigir e representar a Associação ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- IV - convocar os associados para a realização de Assembleia Geral;
- V - abrir conta corrente, autorizar pagamentos e movimentação de recursos financeiros da Associação, através de cheques bancários nominativos e cruzados, que assinará em conjunto com o Tesoureiro;
- VI - visar livros e documentos da Associação;
- VII - gerir o patrimônio da Associação;
- VIII - admitir e demitir funcionários ou estagiários;
- IX - coordenar a execução das tarefas administrativas submetidas ao conhecimento dos associados;
- X - representar a Associação em eventos, campanhas e reuniões, e demais atividades do interesse da Associação;
- XI - encaminhar anualmente aos associados efetivos, relatórios de atividades e demonstrativos contábeis das despesas administrativas e de projetos; bem como os pareceres de Auditores Independentes, ou Conselho Fiscal, se este estiver constituído, sobre os balancetes e balanço anual;
- XII - contratar, nomear, licenciar, suspender e demitir funcionários administrativos e técnicos da Associação;
- XIII - elaborar e submeter aos associados efetivos o Orçamento e Plano de Trabalhos Anuais;
- XIV - propor aos associados efetivos reformas ou alterações do presente Estatuto;
- XV - propor aos associados efetivos a fusão, incorporação e extinção da Associação, observando-se o presente Estatuto quanto ao destino de seu patrimônio;
- XVI - adquirir, alienar ou gravar os bens imóveis da Associação, mediante autorização expressa da Assembleia Geral;



XVII - elaborar o Regimento Interno e o Organograma Funcional da ASSOCIAÇÃO e submetê-lo à apreciação e aprovação da Assembleia Geral;
XVIII - exercer outras atribuições inerentes ao cargo, e não previstas expressamente neste Estatuto.

Artigo 24º- Compete ao Vice-Presidente:

- I - substituir o Presidente em todas as suas funções, quando de seus impedimentos;
- II - dirigir o trabalho da Secretaria, tendo a seu cargo o arquivo da Associação;
- III - manter em dia o registro dos associados;
- IV - encaminhar à Diretoria as proposições dos associados.

Artigo 25º- Compete ao Secretário:

- I - lavrar Atas das reuniões e das Assembleias Gerais da Associação;
- II - efetuar toda a correspondência social;
- III - convocar juntamente com o Presidente as reuniões e Assembleias Gerais;
- IV - iniciar e manter contatos escritos de intercâmbio com outras entidades sociais congêneres ou de atividade complementar aos objetivos da Associação.

Artigo 26º - Compete ao Tesoureiro:

- I - assinar com o Presidente todos os cheques e saques bancários, bem como qualquer documento expedido pela Tesouraria, sob sua responsabilidade pessoal e solidária;
- II - escriturar, em forma contábil, o Livro Caixa;
- III - efetuar, mediante comprovante, os pagamentos determinados pelo Presidente;
- IV - manter depositados em estabelecimento oficiais de crédito os valores da Associação e gerir os recursos, aplicando-os no mercado quando autorizado pela Diretoria;
- V - receber os pagamentos de projetos e outros valores recebidos à título de doação e incentivos;
- VI - submeter trimestralmente à Diretoria e anualmente à Assembleia Geral o relatório pormenorizado da situação financeira da Associação;
- VII - zelar, catalogar e conservar os bens patrimoniais.

CAPÍTULO VI DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 27º - A Assembleia Geral é o órgão máximo da Associação, e é constituída pelos associados em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Artigo 28º - A Assembleia Geral reunir-se-á extraordinariamente sempre que necessário, e ordinariamente 1 (uma) vez por ano, por convocação da Diretoria e/ou mediante requerimento garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promovê-la, para deliberarem privativamente sobre os seguintes temas:

- I - destituir os administradores;
- II - alterar o Estatuto;
- III - deliberar sobre casos omissos e não previstos neste Estatuto.
- V - deliberar sobre o relatório anual de atividades da Associação;
- VI - deliberar sobre a prestação de contas da Diretoria, relativa ao período imediatamente anterior.

Parágrafo Primeiro - Para as deliberações a que se referem os incisos I e II deste artigo é exigido deliberação da Assembleia especialmente convocada para esse fim, cujo quórum mínimo exigido para a instalação da Assembleia Geral é de 2/3 (dois



terços) dos associados em primeira convocação e qualquer número de associados, e em segunda convocação, meia hora após.

Parágrafo Segundo - As decisões da Assembleia Geral são soberanas, desde que não contrariem o presente Estatuto e a legislação vigente.

Artigo 29º - As Assembleias Gerais, seja esta Ordinária ou Extraordinária, serão convocadas com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis e dar-se-ão através de edital afixado na sede social da Associação.

CAPÍTULO VII DAS ELEIÇÕES

Artigo 30º - As eleições para os cargos da Diretoria serão realizadas, mediante cédula única com votação direta, secreta ou por aclamação e pessoal dos associados.

Parágrafo Único - A eleição na forma e segundo critérios e procedimentos serão estabelecidos pela Assembleia Geral convocadas para tal fim, elegendo-se 1 (um) membro que dirigirá o evento, o comparecimento é obrigatório para todos os associados.

Artigo 31º - Consideram-se eleitos os candidatos integrantes da chapa que obtiver maioria simples dos votos válidos.

Artigo 32º - Todos os Associados Fundadores, Efetivos e membros da Diretoria poderão votar e ser votados nas Assembleias Gerais, facultado ao Associado Beneficiário o direito de participar das Assembleias, sem direito de voto, podendo, todavia, ser votado para o cargo de membro da Diretoria.

Artigo 33º - Na falta, impedimento definitivo de qualquer titular ou no caso de renúncia conjunta do Presidente e Vice-Presidente, será convocada Assembleia Geral Extraordinária para eleger substituto dentro do prazo de 15 (quinze) dias, o qual irá completar o mandato do substituído.

Parágrafo Único - Se a falta ou impedimento for temporário, entendendo-se como tal prazo não superior a 4 (quatro) meses, o Presidente convocará o suplente para ocupar a vaga.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO DELIBERATIVO

Artigo 34º - Entre outras atribuições, ao Conselho Deliberativo compete deliberar sobre a política geral de administração da entidade, seus planos de benefícios, orçamento anual e suas alterações e planos de aplicação do patrimônio.

Artigo 35º - O Conselho Deliberativo será composto pelos membros da Diretoria juntamente com a assessoria contábil.

Artigo 36º - Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - definir, por proposta da Diretoria, as diretrizes gerais de ação da entidade, com vistas à consecução de sua finalidade;
- II - deliberar sobre a implantação dos planos, programas, projetos, ações e atividades concernentes às finalidades da entidade;
- III - fomentar o intercâmbio entre a entidade e outras entidades congêneres, nacionais ou internacionais.



CAPÍTULO IX DO CONSELHO FISCAL

Artigo 37º - O Conselho Fiscal é o órgão fiscalizador da entidade e será composto pelos membros da Diretoria.

Artigo 38º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - dar parecer formal sobre os relatórios e demonstrações contábil-financeiras da ASSOCIAÇÃO oferecendo as ressalvas que julgarem necessárias;
- II - opinar sobre qualquer matéria que envolva o patrimônio da ASSOCIAÇÃO sempre que necessário;
- III - comparecer, quando convocados, às Assembleias Gerais, para esclarecer seus pareceres, quando assim julgarem necessário;
- IV - opinar sobre a dissolução e liquidação da entidade.

CAPÍTULO X DO PATRIMÔNIO

Artigo 39º - O patrimônio da ASSOCIAÇÃO constitui-se de bens móveis, imóveis e ainda poderá ser constituído por doações, subvenções ou usufrutos que lhe forem conferidos por pessoas físicas e/ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras, bem como os rendimentos auferidos com a realização de eventos, festas, bingos e demais atividades afim, os quais serão destinados a angariar fundos para a manutenção da Associação ou revertê-los em benefícios à comunidade.

Artigo 40º - A ASSOCIAÇÃO não distribuirá qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas a título de lucro ou participação dos resultados sociais.

Parágrafo Único - A ASSOCIAÇÃO não poderá receber qualquer tipo de doação ou subvenção que possa comprometer sua independência e autonomia perante os eventuais doadores ou subventores.

Artigo 41º - A ASSOCIAÇÃO não distribuirá, entre seus associados, associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio.

CAPÍTULO XI DA DISSOLUÇÃO

Artigo 42º - A ASSOCIAÇÃO somente poderá ser extinta ou dissolvida por deliberação tomada em reunião extraordinária da Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim, e na presença de no mínimo 2/3 (dois terços) dos seus Associados;

Parágrafo Primeiro - No caso de dissolução, aprovada pela Assembleia Geral, proceder-se-á ao levantamento do seu patrimônio e o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais, será destinado à entidade de fins não econômicos, a qual será designada por deliberação dos associados obrigatoriamente à uma Instituição Municipal, Estadual ou Federal, de fins sociais idênticos ou semelhantes.

CAPÍTULO XII DO REGIME FINANCEIRO

Artigo 43º - O exercício financeiro da ASSOCIAÇÃO encerrar-se-á no dia 31 de dezembro de cada ano.



Artigo 44º - As demonstrações contábeis anuais serão encaminhadas dentro dos primeiros 90 (noventa) dias do ano seguinte à Assembleia Geral, para análise e aprovação.

CAPÍTULO DÉCIMO XIII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 45º - É expressamente proibido o uso da denominação social em atos que envolvam a ASSOCIAÇÃO em obrigações relativas a negócios estranhos ao seu objetivo social, especialmente a prestação de avais, endossos, fianças e caução de favor.

Artigo 46º - O presente Estatuto começará a vigorar imediatamente após aprovação e somente poderá ser reformulado depois de Assembleia Geral constituída para este fim.

Artigo 47º - O Presidente providenciará a formalização jurídica da presente transformação operada neste Estatuto.

Parágrafo Único - Deverá ser providenciada, após o registro do Estatuto, a regularização dos registros fiscais da Associação, inclusive no tocante à preservação de isenções e benefícios fiscais.

Saquarema, 14 de Setembro de 2022.

3º OFÍCIO

Thiago Gadelha Valle Oliveira
Presidente

3º OFÍCIO

Bernardo Loyola Villas Boas
Vice Presidente

3º OFÍCIO

Bernardo Andrade Pimenta Alves
Tesouraria

3º OFÍCIO

Pâmela Trevisan Gadelha
Secretário

Ricardo Rabelo Macedo
Advogado - OAB-RJ: 91.414

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL DO 3º OFÍCIO
MARIA EMÍLIA DOS SANTOS DOURADO - Tabelião e Registradora



Reconheço as firmas por Semelhança de:
THIAGO GADELHA VALLE OLIVEIRA
BERNARDO LOYOLA VILLAS BOAS
Emols: R\$ 13,38; Fetj: R\$ 2,66; Fundperj: R\$ 0,66; Funarpen: R\$ 0,52; Pmcmv: R\$ 0,26; Tss: R\$ 0,66; Total: R\$ 17,48
RESENDE-RJ/RJ, 26/10/2022

JOSELMA DOS SANTOS DA SILVA - Em test. da verdade Conf. EEPN 83858 CNG - EEPN 83859 IIM Consulte www.tj-rj.us.br/Portal





OFÍCIO ÚNICO DE SAQUAREMA Rua Dr. Luiz Januário, 303 - Centro
CEP 28890-000 - Saquarema - RJ 090478AA319C19
TABELA: Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS
Certifico que o presente documento foi protocolado sob o Nº 19779,
livro 14 A, em 03/10/2022 e registrado sob o Nº 18562
do livro A292 em 14/11/2022.
Selo Eletrônico de Fiscalização
EDS2 42127 FIG
Consulte a validade do Selo em:
<https://www3.tjrj.jus.br/sitepublico>
Emol: 213,63+FETJ: 42,71+FUNPERJ: 10,66+
FUMPERJ: 10,66+FUNARPEJ: 8,64+PMCMV: 3,99
Total R\$301,06

CARTÓRIO ÚNICO DE SAQUAREMA
Cartório dos Santos Marinho
ESCREVENTE
Cadastro: 94118779

Cartório do 2º Ofício Rua Henrique Siqueira, nº 22 - Bairro Campos Eliseu - CEP 27.542-110 090492AA051005
Serviço Notarial e Registro - Serviço Público - Serviço de Atendimento ao Cidadão
Resende - RJ - Tel/Fax: (24) 3364-0188
www.cartorio2oficio.com.br

Reconheço as firmas por Semelhança de:
RICARDO RABELO MACEDO *****
Emols: R\$ 6,69 Fetj: R\$ 1,33 Fundperj: R\$ 0,33 Funperj: R\$ 0,33
Funarpen: R\$ 0,26 PMCMV: R\$ 0,13 Iss: R\$ 0,33 Total R\$ 10,06
RESENDE - RJ/RJ, 26/10/2022
RINALDO CABRAL DA SILVA Em test. da verdade Conf.
EEID 76610 MIB Consulte www4.tjrj.jus.br/Portal-Extrajudicial/consultas

